

## A ÉTICA PROFISSIONAL DOCENTE: DIMENSÃO INTERDISCIPLINAR NA INCLUSÃO DE EDUCANDOS (AS) COM DÉFICIT AUDITIVO

### THE TEACHING PROFESSIONAL ETHICS: AN INTERDISCIPLINARY DIMENSION IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH HEARING DEFICITS

Sheyla Maria Fontenele Macedo<sup>1</sup>, João Filho de Queiros<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa, professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros, RN, e-mail: [sheylafontenele@uern.br](mailto:sheylafontenele@uern.br)

<sup>2</sup> Especialista em Geopolítica e História, (Faculdades Integradas de Patos- FIP), aluno do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e-mail: [joaofilhoqueiros538@gmail.com](mailto:joaofilhoqueiros538@gmail.com)

#### Resumo

O presente trabalho<sup>1</sup> tem como objetivo compreender a ética profissional docente como dimensão interdisciplinar necessária para a inclusão de alunos com déficit auditivo. A pesquisa é de caráter qualitativo, baseada na abordagem bibliográfica e possui ainda a intenção de abrir reflexões sobre a problemática que se apresenta diante das relações tecidas entre a ética, a interdisciplinaridade e a esfera da denominada *inclusão* escolar. Consideramos que a leitura do mesmo permitirá o levantamento de reflexões necessárias quanto ao melhor atendimento docente de alunos com déficit auditivo, tomando-se que as práticas educativas pautadas na ética, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, corroboram para consolidar a inclusão escolar, sob a ótica do valor ético do respeito. A temática apresenta-se como original, no sentido de que questiona sobre qual o lugar da ética profissional diante do saber *pensar-sentir- agir-fazer* inclusivo, em destaque, o aluno com déficit auditivo.

Palavras-chave: Ética profissional. Interdisciplinaridade. Déficit auditivo.

#### Abstract

*The present work aims to understand the professional ethics as an interdisciplinary dimension necessary for the inclusion of students with hearing deficit. The research is qualitative, based on the bibliographical approach and also intends to open reflections on the problematic that presents itself in the relationship between ethics, interdisciplinarity and the sphere of so - called school inclusion. We believe that the reading of this paper will allow us to gather the necessary reflections regarding the best teaching assistance of students with hearing impairment, taking into account that educational practices based on ethics, from an interdisciplinary perspective, corroborate the consolidation of school inclusion under the ethical value of respect. The thematic is presented as original, in the sense that it questions about the place of professional ethics in relation to thinking-to feel-to act-to do-inclusion, highlighting the student with hearing deficit.*

Keywords: Professional ethics. Interdisciplinarity. Hearing deficit

©UNIS-MG. All rights reserved.

How to cite this article:

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele; QUEIROS, João Filho de. A ÉTICA PROFISSIONAL DOCENTE: DIMENSÃO INTERDISCIPLINAR NA INCLUSÃO DE EDUCANDOS (AS) COM DÉFICIT AUDITIVO. *Interação*, Varginha, MG, v. 21, p. 6, 2019. ISSN 1517-848X / ISSN 2446-9874.

Disponível em: <http://periodicos.unis.edu.br/index.php/interacao/article/view/196/170>

<sup>1</sup> A pesquisa constitui-se em resultados de estudos advindos do Projeto de Extensão “ ‘Forma’ ‘Ação’ – A ética humanista do educador: práticas pedagógicas éticas, solidárias, da cultura de paz e do respeito à diversidade”.

DOI: <https://doi.org/10.33836/interacao.v21i1.196> (editoração da revista)

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar das evidências de que *somos diferentes*, todos, e de que cada vez mais os espaços se diversificam, de que as realidades individuais e socioculturais se distinguem, constatamos que inúmeras são as barreiras que impedem a inclusão nas diversas facetas em que essa se configura. No que se refere à inclusão no terreno educacional, identificamos que há uma necessidade premente de que as instituições educativas, e nelas os profissionais da educação, revisitem os seus *modus faciendi* e *operandi*, razão pela qual é preciso adentrar a reflexão sobre quais bases formativas são precisas para que as escolas, e nelas o professor, desenvolvam o melhor atendimento educativo para alunos com *déficit* auditivo.

Destarte, o problema que ora apresentamos neste trabalho, situa-se nas relações tecidas entre os desafios da educação de pessoas com *déficit* auditivo, e a ética profissional, que sob a ótica interdisciplinar, abriria portas para as rotas da inclusão.

Identificamos que, o valor ético do respeito às diferenças têm sido *bandeira* levantada, e se apresentado quase que como um *dever*, para que a tão almejada inclusão se concretize. Entretanto, a ética, e em especial a profissional, tem se situado como o *patinho feio* nesse cenário, configurando-se em componente curricular que necessitaria ser convidado ao palco da escola, de modo que se materializasse para além dos discursos postos. Dessa maneira, trazemos a discussão da ética profissional - no sentido de um bem caminhar, sensível e reflexivo nos domínios da formação docente - de modo que assuma o seu protagonismo, o seu papel (mediante a responsabilidade de todos os envolvidos) que consideramos ser inevitável diante da educação das pessoas com *déficit* auditivo.

Logo, o objetivo desse trabalho é o de identificar a ética profissional docente como dimensão interdisciplinar necessária diante do atendimento dos alunos com *déficit* auditivo.

A metodologia adotada foi de cunho qualitativo, de naturezas bibliográfica e documental. A escolha por essa rota se deve aos estudos teóricos preliminares dos pesquisadores, diante das necessidades educativas de alunos com *déficit* auditivo. É importante mencionar que o trabalho se encontra assente na linha de pesquisa *Educação, ética e formação em espaços escolares e não escolares*, do Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino-Aprendizagem (GEPPE), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros (RN). Em nosso percurso, optamos, portanto, por pelo paradigma fenomenológico, já que nosso intuito foi o de identificar as percepções conceituais de diferentes estudiosos diante da inter-relação entre a formação ética profissional e a inclusão de alunos com *déficit* auditivo, a partir da abordagem metodológica interdisciplinar.

Do exposto, escolhemos o nosso marco referencial, respeitando as categorias epistêmicas em questão.

No primeiro momento intercambiamos apresentamos um breve panorama das pessoas com *déficit* auditivo, em que buscamos os contributos de Aragon e Santos (2015), Bisol e Sperr (2010), Maia (2006) e Skliar (1998). Essa seção objetiva reunir subsídios para uma maior compreensão da deficiência auditiva sob a ótica fisiológica.

Nos segundo e terceiro subtítulos, abordamos sobre a ética e a ética profissional pautadas especialmente em Macedo (2018), pesquisadora na área; sobre a interdisciplinaridade em

Fazenda (2008) e Feijão (2014), em que traçamos o enlace entre uma e outra esfera do conhecimento.

Já no último subtítulo pode-se apreciar o diálogo entre a ética profissional do professor que sob a perspectiva interdisciplinar, revela-se como estrutura fundamental na seleção das melhores situações de ensino em direção à aprendizagem e a socialização de educandos com *déficit* auditivo. Neste bloco teórico, destacam-se especialmente as discussões assentes nas premissas teóricas de Tavares (2013) sobre as barreiras atitudinais e a ética do cuidar em Gilligan (1997).

O texto é basicamente gerador de reflexões acerca do *saber fazer ético reflexivo* do professor, em que nos permitimos chegar a um *lugar comum*: a do encontro da ética profissional ao da esfera da inclusão educacional. Nessa rota a abordagem da interdisciplinaridade foi tomada como marco teórico. Portanto, o artigo apresenta - para além da revisão de conhecimentos nos campos referendados - a intenção de revolver discussões sobre as ideias de uma educação humanista, já que as reflexões ora apresentadas são promotoras da ruptura diante do paradigma tradicional do conhecimento, que põe o professor no centro do processo educativo, dimensionando-o dessa vez ao movimento/encontro de *si a si mesmo*, não se apartando da direção que o leva à rota do encontro com o outro.

## 2 O EDUCANDO COM DÉFICIT AUDITIVO

O *déficit* auditivo pode se estabelecer como um acontecimento na vida das pessoas de diversas formas. Entretanto, é importante compreender o que a condição de *ser e estar* se constrói diante de inúmeras experiências que as pessoas com deficiência auditiva vivenciam em múltiplas situações sociais, destacando-se aquela em que passamos boa parte de nosso tempo, a escola.

Inicialmente detectamos que é preciso que o professor e a escola se apropriem de um conhecimento base: o que significa *déficit* auditivo e *ser* um educando nessas condições. Sob esse ponto, tecemos um breve panorama a fim de iniciar a temática, que não se esgota neste bloco temático.

O *déficit* auditivo, *hipoacusia* ou surdez, é temática abordada por Aragon e Santos (2015), Maia (2006), Bisol e Sperb (2010) e Skliar (1998) que discutem os aspectos conceituais, fisiológicos, causas e tipologia.

O primeiro questionamento que se coloca em pauta é acerca da relação entre a deficiência auditiva e a surdez. Tratam-se da mesma situação ou circunstância? Para responder a questão, citamos o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005<sup>2</sup>, ainda em vigor, e que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005, grifos nossos).

<sup>2</sup> O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que foi de extrema relevância por reconhecer em seu artigo primeiro a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Para melhor clarificação, elucidam Bisol e Sperb (2010) que: “[...] uma deficiência existe quando há um desvio, falta, falha ou imperfeição. Dentro desse raciocínio, as pessoas surdas têm uma deficiência pois lhes falta ou está prejudicado o sentido da audição.” (p.7). Nesse sentido, pode-se compreender que o *déficit* auditivo é o resultado de uma diminuição ou perda total da audição na captação sonora, em síntese a dificuldade na percepção geral dos sons e ruídos ambientais. É considerada pessoa com deficiência auditiva:

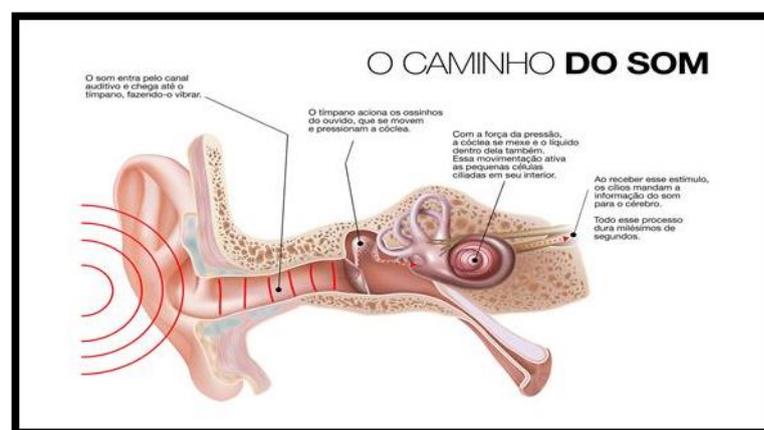
[...] o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva. (SALES *et al*, 2010 *apud* ARAGON; SANTOS, 2015, p. 125).

Em outras palavras, a pessoa com *déficit* auditivo seria aquela com redução ou perda total diante da capacidade da audição, e neste sentido, seria *sim*, a surdez classificada neste contexto. Entretanto, Bigogno (2010) chama atenção que na cultura das pessoas surdas, o termo *deficiente auditivo* não é reconhecido por corresponder a um modelo médico, ao passo que *surdo*, seria a expressão mais adequada por representar um modelo social.

Pode-se classificar dois tipos de problemas auditivos:

[...]o primeiro afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas condutivas, normalmente tratáveis e curáveis. O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo e chama-se surdez neurossensorial. A surdez neurossensorial pode se manifestar em qualquer idade, desde o pré-natal até a idade avançada. (SILVA, 2008, p. 05).

Para efeito de melhor compreensão a figura 1 denota a trajetória seguida pelo som, clarificando como ocorre a captação sonora e o seu processo na estrutura auricular externa e interna até chegar ao cérebro, que transforma os impulsos/estímulos de ondas elétricas em milésimos de segundos em sons.



Fonte: Terra e Educação (DUQUE, 2018)

Figura 1 - O caminho do som

Podemos constatar a estrutura do ouvido e suas funcionalidades na captação e caminhos percorridos pelos sons de fora para dentro do ouvido. O *déficit* auditivo se instaura a partir da ruptura das trajetórias sonoras.

Além disso, o *déficit* auditivo pode ser medido através de níveis, que mensuram o grau de perda de uma pessoa. Neste sentido, podemos identificar o grau de perda baixa, média e alta através de exames *audiométricos*, que são realizados geralmente por um fonoaudiólogo.

Para Sales *et al.* (2010 *apud* ARAGON; SANTOS, 2015, p. 124): “[...] os graus de perda auditiva podem ser diagnosticados como normal (0 a 25 decibéis), leve (25 a 40 decibéis), moderada (41 a 70 decibéis), severa (71 a 90 decibéis) e profunda (acima de 90 decibéis)”. Os números mostram que, uma pessoa com elevado *déficit* auditivo, ao chegar a surdez profunda, pode ter uma série de problemas na sua vida social, incluindo as relações estabelecidas no ambiente educacional.

O *déficit* auditivo pode ainda ser classificado como perda auditiva parcial e total, conforme já enunciado. Segundo Maia (2006, p.17) “A pessoa com deficiência auditiva ou com surdez apresenta perda parcial ou total de audição em determinadas frequências por conta de doenças congênitas ou adquiridas”, dificultando, inclusive, a compreensão da fala. Já sobre a surdez, ou perda total da audição, é importante esclarecer que “Ser Surdo (com S maiúsculo) é reconhecer-se por meio de uma identidade compartilhada por pessoas que utilizam língua de sinais e não veem a si mesmas como sendo marcadas por uma perda” (BISOL; SPERB, 2010, p. 8), o que justifica a existência de comunidades de pessoas surdas, que compartilham de modos, hábitos, atitudes e a LIBRAS como experiência *mater* cultural.

A perda auditiva apresenta-se com algumas características, classificadas em dois níveis:

- *Surdez leve/moderada*: assim considerada quando a perda auditiva ocorre entre 40 e 70 decibéis em ambos os ouvidos e dificulta, mas não impede, a pessoa de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana com ou sem a utilização de uma prótese auditiva.
- *Surdez severa/profunda*: assim considerada quando a perda auditiva ocorre acima de 70 decibéis, o que vai impedir a pessoa de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir naturalmente o código da língua oral (fala). (MAIA, 2006, p. 17, grifo nosso).

Através desses níveis, pode-se definir qual o grau de perda da audição de uma pessoa, sendo neste sentido, o exame de audiometria exigível, para que o diagnóstico seja ratificado por especialistas da área.

A surdez e a diminuição na percepção dos sons, são questões que precisam ser tratadas a partir de abordagens diferenciadas. Skliar (1998) já assinalava que as práticas terapêuticas homogeneizaram os tratamentos, tendo como uma de suas causas a primazia da comunidade ouvinte em detrimento da surda, ou o *ouvintismo*, que se configuraria em nosso entendimento, como uma forma de *aculturação*: “[...] a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se a narrar-se como se fosse ouvinte. Além disso, é nesse olhar-se, e nesse narrar-se que acontecem as percepções do ser ‘deficiente’, do não ser ouvinte; percepções que legitimam as práticas terapêuticas habituais.”. (p.15).

Outro ponto relevante, é que a deficiência auditiva não pode ser confundida com o Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC), que se relaciona diretamente aos transtornos na esfera interpretativa, compreensiva, em que se percebe a dificuldade da pessoa em analisar, apreciar ou elucidar informações sonoras. Pessoas com DPAC acusam um descompasso no processamento das informações captadas, ou seja, há uma dificuldade do cérebro em interpretar os sons que chegam. (FONSECA, 2004).

Do cenário apresentado, constatamos algumas situações sociais desafiadoras para as pessoas com *déficit* auditivo. Uma delas se produz na escola, a partir da constatação de que a maior parte dos ambientes educacionais não disponibilizam de espaços e ensino adequados,

preparados para atender as necessidades educativas especiais de forma geral. Outro ponto se deve ainda as lacunas advindas da formação docente, em que podemos acrescentar a falta de domínio da LIBRAS, embora reconheçamos que nem todo aluno com *déficit* auditivo possui as mesmas necessidades educacionais.

Numa visão panorâmica das atividades pedagógicas acerca da educação inclusiva, Alves (*et al.*, 2006) adverte que:

A concepção de escola inclusiva se fundamenta no reconhecimento das diferenças humanas e na aprendizagem centrada nas potencialidades dos alunos, ao invés da imposição de rituais pedagógicos pré-estabelecidos que acabam por legitimar as desigualdades sociais e negar a diversidade. (ALVES *et al.*, 2006, p. 13).

O fato é que, o paradigma da *educação inclusiva* de fato já vem se construindo nas escolas, mas ainda terá de ser validado por meio da redução de barreiras físicas, atitudinais e pela introdução de novas práticas.

O aluno com *déficit* auditivo requer ainda receber um Atendimento Educativo Especializado (AEE) na escola. Esse atendimento está regulamentado pelo Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a Educação Especial, que dispõe no artigo 2º o seguinte: “A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltados a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. (BRASIL, 2011). É preciso que se destaque nessa lei que o AEE poderá acontecer também no *contraturno* da escola, integrando-se à proposta pedagógica da instituição, envolvendo a família, e para atender as necessidades educativas específicas do educando, coadunando ainda com as políticas públicas que caminhem nessa direção. (BRASIL, 2011).

Sobre esse ponto, Campos (*et al.*, 2003, p. 222): “A integração do aluno deficiente auditivo numa classe regular tem como finalidade promover sua participação num contexto social mais amplo, constituído de indivíduos ouvintes”. Dessa forma, entendemos que as práticas pedagógicas necessitam ser adequadas e diferenciadas para esse aluno. Além disso, é necessário integrar os demais educandos nessa rota para uma melhor socialização e interação, assim como visitar os conteúdos que compõem o programa dos cursos. Em outras palavras, para se chegar a uma prática pedagógica inclusiva, é preciso despertar *tudo e todos* no ambiente educacional para o respeito à diferença. É nesse sentido que descortinamos a ética como uma dimensão estruturante e prioritária na relação professor-aluno. Compreendemos que não pode haver inclusão onde a ética não se faz presente. Dessa maneira, poderá parecer retórico, mas a ética precisará ser *inclusa nas propostas educativas inclusivas*. Não há como dimensionar a inclusão sem o valor ético do respeito. (MACEDO, 2018).

A escola ao receber um educando com *déficit* auditivo assume o compromisso basilar exigido à profissão docente, o pacto com a aprendizagem. Admitimos essa postura medular nesse trabalho, e que nos remete à ética enquanto conduta profissional fundamental à prática do educador.

### 3 ÉTICA E ÉTICA PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DOCENTE

A discussão sobre ética profissional exige a elucidação acerca da concepção de ética, e o esclarecimento sobre qual ética estamos a nos referir.

Escrever sobre ética é uma tarefa nada fácil, visto que seu conceito historicamente se apresenta multifacetado. Entretanto, conciliamos nesse trabalho com estudiosos que caminham numa perspectiva humanista.

Inicialmente, Macedo (2018) revela que as raízes conceituais remontam a existência dos grandes filósofos da Antiguidade. Para sermos mais precisos e aprofundarmos no conhecimento da terminologia *ética*, observemos a afirmativa:

A primeira indicando as propriedades de caráter, ou o “modo de ser”, com virtudes e vícios, a segunda, “hábito ou costume”. Encontramos também a ética advinda do latim, com Cícero, que ao traduzir as obras do “grego” dá um significado ao vocábulo correspondente ao aristotélico, desta forma surge o termo, *morales*, proveniente de *mores*, também hábito ou costume, originando a palavra, “moral” na língua portuguesa. (MACEDO, 2018, p. 18).

Podemos constatar que a ética está ligada diretamente à formação humana, especialmente no que se refere à construção do caráter. Ou seja, a maneira como pensamos e agimos são os principais espelhos que revelam a formação ética recebida, pois se refletem em nossa conduta como pessoa e profissional.

Guareschi (2008, p.7) esclarece que:

Quando falamos de ética, falamos de ética de relações, pois é somente às relações (conosco, com os outros seres humanos, com a natureza) que se pode aplicar o adjetivo ético; um ser humano é ético por que as relações que ele estabelece são éticas. Não existe, é incompreensível o puro indivíduo, isolado e separado de tudo. Nós nos fazemos e nos constituímos através de relações, e a essas relações se atribui especificamente o adjetivo ético. Alguém é ético ou antiético se age bem ou mal em relação a algo ou a alguém.

A ética é uma dimensão que se estrutura a partir das relações, e nesse sentido, diríamos que podemos incluir a ética do *consigo*, pois é notório que para sermos éticos com terceiros, é preciso em primeira instância sê-lo consigo.

Adentrando em outros conceitos, Cruz (2008) compreende a ética como:

[...] uma reflexão sobre as várias morais que são os referenciais para as atitudes, ideias e valores inerentes a todos os povos enquanto demonstradores dos padrões estáveis e de mudança. A ética colhe-os em dados e, nesta coleta, faz a decantação para que se possa separar, juntar, arquivar a várias correntes, estabelecendo os pontos em comum. (p.22).

Diferentemente da moral, que para a autora significa:

Pode-se afirmar que moral é um conjunto de normas que orientam, disciplinam, normatizam os costumes e as atitudes pessoais ou em grupo, ou como poderíamos dizer, a moral trata do lícito e do ilícito comportamental. Mas esta moral ou moralidades está radicada no tempo. Ela não é supra ou a-histórica. Está inserida no caráter histórico-cultural dos povos. (CRUZ, 2008, p.20).

Do exposto, também alinhamos com Macedo (2018) de que a ética é uma experiência que se constrói da pessoa para o grupo e a moral, o seu inverso, e que essas dimensões se integram.

Cortella e Filho (2014) atrelam a ética à decência: “Porque ética tem a ver com vergonha na cara, com decência, e, repito, a última pessoa que se quer envergonhar é a mãe”. (p.9). Também fazem uma advertência quanto a *ética da conveniência*, que estaria atrelada ao jargão “[...] se é bom para mim, tudo bem”. (p.9). Sob esse norte, entendemos que a decência se relacionaria a um comportamento de compostura, de dignidade, o que faz compreender que a ética é uma dimensão que se materializa no campo do agir.

O último conceito, o qual alinhamos, encontra-se em Macedo (2018) que compreende ser a ética a capacidade *reflexiva e sensível* diante de contextos comportamentais. Nessa ótica, para *ser/estar* ético seria preciso *refletir sensivelmente* acerca da própria conduta, e se essa se encontra adequada a situações que promovam o bem-estar (individual e coletivo) das pessoas.

Sobre a ética em seu contexto profissional, Macedo (2018) inferencia que:

A ética é a ponte para que os profissionais da educação desenvolvam aptidões, respondam às finalidades de seus ofícios e assumam seus papéis, a partir de compromissos firmados com a responsabilidade, a formação de valores, e principalmente, com o exemplo de eticidade. (MACEDO, 2018, p. 17).

Logo, a ética profissional é a ética aplicada às situações da prática docente e se encontra vinculada ao desenvolvimento da consciência ética do ser humano (MACEDO, 2018), portanto, se eu sou eticamente consciente, meus pensamentos, sentimentos e atitudes se alinham em *uníssono* e em direção a um bem comum. A prática ética seria o reflexo da presença dessa consciência, a base profissional formativa. Dessa forma, a ética é um processo que acontece de forma atenta, para que a pessoa saiba e reflita sobre o que está fazendo e para quem está fazendo. “A ética profissional é um campo da formação que se instaura a partir de um processo evolutivo da consciência ética no mundo do trabalho”. (MACEDO, 2018, p. 16).

Quando assumimos uma função, junto a ela, compromissos éticos revelam um espírito de missão que teriam de ser levados em conta, e para melhor entender essa questão, Macedo (2018, p. 16) explicita que esse espírito compreende “Assumir a ética como forma de *estar* na profissão significa ter compreendido a função social do trabalho que se empreende, independente do campo em que este se desenvolva”. Ou seja, a ética profissional exige dois estudos, o do *ser* e o do *estar*.

Portanto, nessa breve descrição entendemos que a ética profissional é um campo ligado à formação humana, considerada como um dos alicerces da *práxis* nos cursos de formação de professores, e dimensão estruturante das práticas inclusivas.

#### 4 DISCUSSÕES SOBRE A INTERDISCIPLINARIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

A ideia de *disciplina* surgiu a partir da necessidade de organizar o conhecimento de forma estruturada, como em um sistema. Dessa maneira o conhecimento foi fracionado; cada área com estudos específicos. Até hoje a ideia de fragmentação dos conhecimentos é praticada na educação. Somente no século XX teve-se a percepção que o ensino fragmentado *deixava a desejar* na formação do ser humano. Entendamos a formação humana como uma condição do ato de educar: “O homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz.” (KANT, 1996, p. 15). Ou seja, é por meio da educação que nos tornamos o que somos, quer seja ela formal ou não. Entretanto, a pergunta que nos cabe é sobre qual a melhor forma do conhecimento se organizar em situações de educação intencional?

Sobre essa questão, compreendemos que é a interdisciplinaridade o processo metodológico que nos permite agregar o conhecimento de naturezas diferenciadas a outros. Sobre o conceito, consentimos que:

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados. (BRASIL, 1999, p. 89).

Também é correto afirmar que a interdisciplinaridade nasce da necessidade de resolução de um problema, em que a busca pela integração entre os diferentes campos disciplinares, favorece a construção do conhecimento, possibilitando a criação de uma nova ordem de princípios nas diferentes áreas do saber. Esses poderão, inclusive, remodelar a conduta do ser humano, o que nos remete à inter-relação entre os campos da ética e da interdisciplinaridade. Quer dizer que, a ética além de ser uma dimensão estruturante na esfera comportamental, revela-se também como de cunho interdisciplinar. (MACEDO, 2018).

Mas de onde surge a necessidade de que o conhecimento se apresente de forma interdisciplinar? Fonseca (2008) explica que:

[...] a interdisciplinaridade aparece, no meu entender, mais como grito de sobrevivência do que convicção epistemológica. Tomada desde seus desdobramentos práticos, constatamos que as ciências tratam agora de reunir o que antes fragmentaram, pela adoção de referenciais multidiscursivos, tomando por base a complexidade do objeto a ser estudado, como se a agregação de múltiplos se constituísse como suficiente para totalizar a visão/compreensão do objeto. (p.17).

Ou seja, é notório que tratar o conhecimento de forma compartilhada surgiu da necessidade de que os fenômenos estudados não fossem vistos de maneira fracionada, desagregada, mas em sua totalidade. O que permite que a aprendizagem se desenvolva do todo para o particular, e não desconectada dos contextos.

Aprofundando ainda mais as narrativas acerca da interdisciplinaridade no campo da educação, nos aportamos em Fazenda (2008, p. 97). “Assim se tratamos de interdisciplinaridade na Educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, mas é imperioso que se proceda à uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizados”. Dessa maneira, a formação interdisciplinar do professor tem sido um desafio, pois ainda é forte o paradigma positivista, focado no contexto disciplinar e que restringe os currículos a certa área do conhecimento, privilegiando, inclusive, um campo de estudos em detrimento de outros, criando assim zonas de *empoderamento* curricular.

Essa cultura escolar enraizada na percepção dos conhecimentos separados, onde cada um precisa permanecer em seu *quadrado*, segrega não só as disciplinas, mas limita o próprio trabalho do professor. Todavia, a formação docente ainda não conseguiu, em nosso entendimento, ultrapassar as muralhas da disciplinaridade, que engaveta e compartimentaliza o conhecimento. Importante mencionar que, a interdisciplinaridade é *viés* metodológico cuja transformação se projeta principalmente na formação humana do professor, sendo ele mesmo o primeiro a ser cambiado nessa experiência. Dessa forma, a interdisciplinaridade se interliga necessariamente à esfera da ética:

Se a interdisciplinaridade, contudo, possa ser proposta e praticada à luz de uma nova ética, da qual seria representante concreta e exemplar, se apoiar-se não na simplificação do complexo, mas ao contrário, na complexificação do simples, se representar a difusão de interesses que cultivam os valores da solidariedade, se for construída a partir da noção não do eu-todo-poderoso, mas da alteridade, se

se constituir em base para a criação de uma voz e vontade poderosa contra as injustiças sociais, se conseguir, transformar o sentido do INTER, para além das fronteiras disciplinares e acadêmicas, auxiliando a instaurar, nesses perigosos caminhos do Brasil, no lugar da esperança, a busca e a procura ativas, se conseguir explicar a fome, a vergonha do faminto e do desempregado, a patologia do exibicionismo, desde outras acepções que não aquelas vinculadas à meritocracia individualizante, então, sim, podemos pensar em dar as mãos. (FONSECA, 2008, p. 17).

Desse modo, identificamos que a ética se desenvolve naturalmente em contextos transversais e interdisciplinares, apesar de concordamos com Macedo (2018) sobre a necessidade de que a ética também se apresente de forma pontual ao longo dos diferentes cursos de graduação, especialmente no curso de Pedagogia. Macedo (2018) defende a existência de uma disciplina de Ética Profissional, para que a ética não continue a se configurar enquanto *componente curricular oculto* nas licenciaturas.

Por fim, a interdisciplinaridade remonta ainda o esforço humano para além de responder questões ligadas às práticas científicas, mas inclui a superação dos conflitos advindos dos relacionamentos sociais, ou seja, da ética quer seja no campo pessoal, das relações com a sociedade ou com o mundo físico que habitamos.

## **5 OLHAR INTERDISCIPLINAR: A ÉTICA PROFISSIONAL DOCENTE DIANTE DO ALUNO COM DÉFICIT AUDITIVO**

Iniciamos com a reflexão a partir do entendimento de que é necessário descortinar a compreensão sobre o que de fato significa uma prática interdisciplinar, visto que a interdisciplinaridade ainda é concebida a partir do contexto curricular, em que o campo do *ser* ainda precisa ser visitado. Essa afirmativa nos leva ao convite rumo à reflexão sobre as *zonas de conforto* em que por vezes, as práticas tradicionais se encontram situadas. Reconhecemos que buscar novas estratégias exige um desprendimento do comodismo, e quando se trata da inclusão no cerne da perspectiva ética, essa questão ganha novos contornos.

Conforme elucidamos, a ética e a interdisciplinaridade caminham de *mãos dadas*, apesar de mais uma vez, importante frisar, não desconsideramos ser um *componente disciplinar* necessário à formação. O que significa que a forma como o professor desenvolve a interdisciplinaridade na ação pedagógica é também reflexo de sua formação ética. Isso porque a interdisciplinaridade possui como um dos fundamentos básicos a atitude cooperativa. Em termos práticos, esse pensamento condutor colaborativo atua como princípio e fio condutor, e permite o agir de forma interativa, logo, interdisciplinar. Assim, por exemplo, numa situação docente em que se esteja a trabalhar com educandos com necessidades educativas especiais e a utilizar tecnologias assistivas<sup>3</sup>, esse pensamento base irá buscar condições para que as diferentes áreas do conhecimento interajam entre si, da mesma forma em que esse professor terá preocupação sobre o seu agir ético, denotando o seu compromisso ético com a aprendizagem. (MACEDO, 2018). Efetivamente o que se põe em movimento é que, enquanto os conhecimentos disciplinares se desenrolam, questões como a auto estima, o afeto, o respeito, e tantos outros valores e sentimentos éticos humanistas, se consubstanciam e entrelaçam na prática, no currículo em ação. Essa é a ética que busca a compreensão e o entendimento quanto à consideração sobre as reais

<sup>3</sup> “Tecnologia Assistiva - TA é um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão”. (BERSCH ; TONOLLI, 2006).

necessidades desse aluno, nomeadamente aquele que possui um *déficit* auditivo. É com base nesse agir ético interdisciplinar que se define, a partir da ética do cuidar (GILLIGAN, 1997), qual será o currículo a ser trabalhado, quais serão as práticas pedagógicas a serem empregadas, quais as que poderão gerar as melhores situações didáticas. É nesse sentido que a postura ética do professor ligada à uma intenção interdisciplinar provocará novas experiências, de cunho sensível e integrador. A conduta ética do cuidar (GILLIGAN, 1997) remete o professor a que assuma condutas que integrem e acolham.

A inclusão do aluno com *déficit* auditivo em sala de aula regular apresenta alguns desafios, especialmente nas esferas da aprendizagem e da socialização. Sob esse olhar, destacamos na esfera da ética, as barreiras atitudinais, que segundo Tavares (2013) se configuram em:

[...] atitudes carregam sentimentos discriminatórios. Isso acontece quando excluímos ou fazemos restrições a uma pessoa por acreditarmos que ela é deficiente, incapaz ou inválida. Esses sentimentos estão na origem das barreiras atitudinais, as quais frequentemente tornam-se o centro de força para que haja outros tipos de obstáculos que impedem a acessibilidade. (p.22).

Tavares (2013) ainda elenca pelo menos dezenove barreiras dessa natureza, em que destacamos a denominada *inferiorização da deficiência* que de acordo com a autora, é quando se faz uso de comparações de teor pejorativos para minimizar as ações das pessoas com deficiência em relação as demais (sem deficiência). Nesse sentido, a ação docente ética numa abordagem interdisciplinar se faria imprescindível, para a partir da atitude reflexiva sensível, trazer à tona a temática e a partir dela, desenvolver intercâmbios em torno do valor ético do respeito. Dessa maneira, a ética profissional docente culminaria em desenvolver os quatro compromissos éticos do educador com a: a) Aprendizagem (na perspectiva de que todo educando pode aprender); b) Ensino (sob o enfoque de que ser professor implica em ensinar em direção ao aprender); c) A defesa da profissão (que denota o pacto em defesa da carreira docente); d) A autobiografia do educando (partindo da premissa de que cada aluno possui um projeto de vida que terá de ser respeitado). (MACEDO, 2018).

Outro ponto que destacamos é sobre a necessidade de que os diferentes profissionais da escola interajam entre si. Nesse sentido, entendemos necessária a presença de intérpretes na escola, já que a LIBRAS ainda não se constitui numa realidade formativa da maior parte dos professores. Esse profissional será:

Professor ouvinte, com fluência em LIBRAS, comprovada por meio de exame de proficiência, com capacitação em tradução e interpretação, LIBRAS/português/LIBRAS, responsável pela interpretação de todas as atividades e eventos de caráter educacional, nas turmas mistas<sup>1</sup> das séries finais do ensino fundamental e ensino médio, bem como nas modalidades da EJA, educação profissional e educação indígena. (AMPESAN; GUIMARÃES; LUCHI, 2013, p.19).

Feijão (2014) descreve que seria relevante a aliança pedagógica entre os professores das salas regulares, das salas multifuncionais e os intérpretes. Sob esse ponto, a relação ética estabelecida, além de integradora, promoveria a superação de toda e qualquer ideia de papel complementar ou compensatório que especialistas pudessem vir a desempenhar. O vínculo afetivo marcado pelo *viés* ético em prol do educando, possibilitaria ainda a construção *coletiva dos olhares* para sobrepujar os desafios apresentados. Razão pela qual a interação entre estes profissionais se faz imprescindível. Ainda de acordo com Feijão (2014):

Preparar os professores do ensino regular para dar resposta às novas dificuldades educativas nesta área significa que os professores têm de estar informados das características específicas do aluno portador de deficiência auditiva, para poderem ajustar os seus métodos aos alunos existentes na turma com surdez. (FEIJÃO, 2014, p. 21).

Compreendemos que uma formação ética profissional consistente, se materializaria especialmente no ensino, já que provocaria à reflexão no sentido da inserção de metodologias, métodos e técnicas integradoras, de carácter interdisciplinar, que viessem a contemplar à educação inclusiva. Na Educação Infantil, por exemplo, a temática sobre os valores éticos poderia ser introduzida, quer seja em forma de conversas, leituras deleites, jogos, dentre outras. No Ensino Fundamental, a ética interdisciplinar se desenvolveria por intermédio de projetos de trabalho, interpenetrando as diferentes disciplinas do currículo. No Ensino Médio, alunos poderiam criar Assembleias a fim de problematizar situações diversas, como no campo da acessibilidade, na discussão de metodologias que viessem a favorecer o convívio e a aprendizagem, tais como a utilização de tecnologias como o *Hand Talk*<sup>4</sup>. O fato é que, a inclusão e a ética são como faces da mesma moeda e é imprescindível para que a escola seja efetivamente reflexiva.

Reconhecemos que todo esse olhar ético cuidadoso, interdisciplinar, também remeteria à revisão de quais seriam as melhores metodologias para facilitar a comunicação *do-discente*. Essa intenção ética comunicativa teria de se configurar como prática docente nos diferentes níveis de ensino, quer seja na Educação Básica, ou no Ensino Superior. Nesse sentido, alguns cuidados éticos por parte dos professores seriam fundamentais, tais como: buscar falar pausadamente em aulas expositivas; articular bem as palavras; falar sempre de frente para que a pessoa com deficiência auditiva realize a leitura labial; situar o educando num ponto da sala em que ele possa visualizar o professor; priorizar materiais midiáticos legendados, dentre outras.

Esse pensamento possui um componente ético e interdisciplinar robusto, e que revela que a preocupação com o outro se materializa na utilização das técnicas mencionadas no momento em que o currículo se produz e reproduz, e são estratégias que ajudam, inclusive, o aluno que já possui leitura labial para o aprimoramento da comunicação, habilidade que alguns desenvolveram. Campos (2003), afirma:

A comunicação entre deficiente auditivo e ouvinte normal exige adaptações de ambas as partes. No que se refere à recepção da mensagem, o deficiente auditivo se esforça em aprimorar a leitura labial e/ou utilizar sua audição residual, enquanto o ouvinte normal busca compreender a LIBRAS. Quanto à emissão, o deficiente auditivo tenta fazer-se compreender por gestos e/ou por alguma linguagem oral que tenha desenvolvido, enquanto o ouvinte normal lança mão de gestos, da LIBRAS e da fala, pausada ou em volume alto. A escrita pode ser considerada a linguagem comum entre eles, embora não seja a forma mais prática de comunicação por demandar tempo. (CAMPOS *et al*, 2003, p. 224).

Do expressado, esse olhar responsabilizado, zelado, levam o professor à construção um ambiente educacional *ético-inclusivo*.

Portanto, a educação inclusiva exige que todos os envolvidos se comprometam. Compromisso é, portanto, a expressão *da hora*, e que necessariamente perpassará pela formação ética profissional docente.

---

<sup>4</sup> Tecnologia assistiva, que por meio de aplicativo disponibiliza a tradução digital para a acessibilidade em LIBRAS. (Fonte: <https://www.handtalk.me/>)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo *A ética profissional docente: dimensão interdisciplinar na inclusão de educandos (as) com déficit auditivo*, apresenta como resultados algumas questões importantes descortinadas nesse material, que a seguir destacamos.

No início do trabalho buscamos elucidar as zonas fronteiriças entre deficiência auditiva e surdez, em que discorreremos ainda um breve panorama fisiológico sobre o *déficit* auditivo, os graus de perda de audição, relacionando esse quadro à questão da inclusão na esfera educacional.

Apontamos ainda que a interdisciplinaridade seria metodologicamente uma das rotas promotoras para o exercício da ética profissional docente, que sob a ótica humanista nos assinala a direção de uma educação respeitosa, promotora da interação entre todos, sem restrições.

Percebemos que a escola enquanto instituição educativa está vivenciando momentos de transição, em busca do aperfeiçoamento das práticas educativas, mas identificamos que ainda há uma falha pela base, a humanização do professor. A proposta de um ensino inclusivo no sentido assinalado, nos remete a novos caminhos, mesmo que difíceis de caminhar. Essa inserção de novos conhecimentos na esfera da ética sob a perspectiva interdisciplinar e integrada à educação inclusiva, poderá causar questionamentos, especialmente no campo do *como realizar*. Mas é preciso que as licenciaturas despertem para esse novo olhar: o da interdisciplinaridade não restrita ao campo do conhecimento, da cognição, mas ao das relações sociais *sensíveis*. Isso significa é preciso *ser interdisciplinar*. O que significa realizar o empenho de direcionar o olhar sob as diversas possibilidades que permitam ao docente encontrar os contributos que poderão torná-los melhores pessoas, e logo, educadores.

Consideramos ainda que a ética trabalhada em contexto interdisciplinar se configura enquanto *atitude*. Logo, se existem barreiras atitudinais, preferimos dizê-las de outra maneira, são *barreiras, obstáculos éticos*.

Apontamos a ética como *o norte da conduta*, do individual para o coletivo e vice-versa. Não pode ser encapsulada em normas rígidas, posto que é reflexiva e sensível. (MACEDO, 2018).

Buscamos refletir sobre a ética profissional em seu *viés* interdisciplinar visando um melhor atendimento aos alunos com *déficit* auditivo. Entretanto, as considerações aqui tecidas, poderão se estender ao universo educativo como um todo, de modo que a ética seja a *cereja do bolo* na relação entre os profissionais da educação e aos alunos em geral. Reconhecemos que para tal desiderato, é preciso reivindicar um novo olhar. Inclusive, sobre o próprio vocábulo *inclusão*, que traz ainda em si a subjetividade da *negativa*, pois para assumir que se precisa incluir, é necessário admitir que existe algo ou alguém que está fora, está à margem (marginalizado), logo, exclusivo.

Nesse trabalho, a ética se apresenta sob o olhar humanista e como um caminho a ser percorrido. Caminho esse que se faz a partir da construção do olhar sobre si, como pessoa e profissional.

É mister perceber que, a aclamada *atitude inclusiva*, caminhará sempre na intenção do desenvolvimento do valor ético do respeito. Razão pela qual, conclamamos que inclusão é, respeito e compreensão, e que nesse sentido, aponta para a ética do *pensar- sentir- agir - fazer*, conforme anuncia Macedo (2018), é que condição *sine qua non* para a efetivação tão sonhada da educação de qualidade para e como direito de todos.

## REFERÊNCIAS

AMPESSAN, João Paulo; GUIMARÃES, Juliana Sousa Pereira; LUCHI, Marcos (org.). **Intérpretes educacionais de Libras**: orientações para a prática profissional. Florianópolis: DIOESC, 2013.

AGOSTO, Maria Teresinha Abs da Cruz de. Ética e relações sociais um enfoque filosófico. *In*: JACQUES, Maria da Graça Correa; NUNES, Maria Lucia Tiellet; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 210 p.

ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização. **Educação**, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de recursos multifuncionais**: espaços para atendimento educacional especializado. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BERSCH, Rita; TONOLLI, José C. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva e modelos de abordagem da deficiência**. Porto Alegre: CEDI – Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>. Acesso em: 15.abr. 2019.

BIGOGNO, Paula Guedes. Cultura, comunidade e identidade surda: o que querem os surdos? Disponível em: <http://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf> **Jornada de Ciências Sociais**, UFJF, 2010. Acesso em: 18. jun. 2019.

BISOL Cláudia; SPERB Tania Mara. Discursos sobre a Surdez: Deficiência, Diferença, Singularidade e Construção de Sentido. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n.1, p. 7-13, Jan-Mar, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a02v26n1.pdf>. Acesso em: 15.abr.2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 15.abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11) . Acesso em: 15.abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm) Acesso em: 15.abr. 2019.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacional** – Ensino Médio, Vol. 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica, 1999.

CAMPOS, Andréa Moraes; *et al.* Dificuldades de aprendizagem e nas relações interpessoais do deficiente auditivo numa sala de aula de uma escola regular. **Ci. méd. biol.**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 219-229, jul./dez, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1583/1/4289-10665-1-PB%20ICS.pdf> Acesso em: 18. abr. 2019.

CORTELLA, Mário Sérgio Clóvis de. FILHO, Clóvis de Barros. **Ética e vergonha na cara**. Campinas, SP: Papirus 7 Mares, 2014. (Coleção. Papirus Debates).

DUQUE, Nathalia. **Ossos do ouvido: nomes e funções**. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/ossos-ouvido-funcoes/> Rio de Janeiro: Terra e Educação, 2018. Acesso em: 18. abr. 2019.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade na Formação de Professores. **Revista Ideação**. v. 10, nº 1, p. 93-103, jan-junho, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4146/3191> Acesso em: 15.abr. 2019.

FEIJÃO, Teresa Maria Nunes. **A inclusão do portador de deficiência auditiva na educação regular: métodos de comunicação a utilizar**. Lisboa: ISEC, 2014. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/8585/1/tesemestrado%20Teresa%20Feij%C3%A3o.pdf> Acesso em: 18.abr. 2019.

FONSECA, Tania Mara Galli. Acerca da ética e da perspectiva interdisciplinar. In: JACQUES, Maria da Graça Correa; NUNES, Maria Lucia Tiellet; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 210 p.

FONSECA, Vítor. **Dificuldades de Aprendizagem, Abordagem Neuropsicológica e Psicopedagógica ao Insucesso Escolar**. Editora Âncora. Lisboa, 2004.

GILLIGAN, Carol. **Teoria psicológica e desenvolvimento da mulher**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. Ética e relações sociais entre o existente e o possível. In: JACQUES, Maria da Graça Correa; NUNES, Maria Lucia Tiellet; BERNARDES, Nara Maria Guazzelli; GUARESCHI, Pedrinho A. (orgs.). **Relações sociais e ética**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 210 p.

KANT, Imanuel. **Sobre a pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. Piracicaba, SP: Editora Unimep, 1996.

MACEDO, Sheyla Maria Fontenele. **Ética, Ética profissional e Educação**. Curitiba: CRV, 2018.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Apostila para o Curso de Deficiência Auditiva/Surdez**. São Paulo: UMCS, 2006. Disponível em: [http://sis.posuscs.com.br/sistema/rota/rotas\\_84/1314/scorm/ultimo/pdf/pdf\\_DAS.pdf](http://sis.posuscs.com.br/sistema/rota/rotas_84/1314/scorm/ultimo/pdf/pdf_DAS.pdf) Acesso em: 13. abr. 2019.

SILVA, Lúcia Palú da. **Manual de orientação de práticas interventivas no contexto educacional para professores do ensino fundamental**. Paraná, Mandirituba: Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE, 2008.

SKLIAR, Carlos. Os estudos em Educação: problematizando a normalidade. SKILIAR, Carlos. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

TAVARES, Fabiana. Barreiras atitudinais e a recepção da pessoa com deficiência. *In*: TAVARES, Liliana Barros. **Notas Proêmias** – Acessibilidade Comunicacional para Produções Culturais. Pernambuco: CEPE, 2013. Disponível em: [http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Livro\\_Acessibilidade\\_Cap2.pdf](http://www.cultura.pe.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/Livro_Acessibilidade_Cap2.pdf). Acesso em: 15. abr.2019.